



Cartilha sobre violência política de gênero

Observatório de Violência Política Contra a Mulher

 Observatório de
Violência Política
contra a **Mulher**



Secretaria da
Mulher



SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS PARA AS MULHERES

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS



Cartilha sobre Violência Política de Gênero

Observatório de Violência Política Contra a Mulher

Copyright © Instituto Nacional Demócrata para Assuntos Internacionais (NDI) 2021. Todos los derechos reservados. Partes de este trabajo pueden reproducirse y / o traducirse con fines no comerciales con el permiso previo por escrito de NDI, siempre que se reconozca a NDI como la fuente del material y se envíen copias de cualquier traducción. Envíe las solicitudes de permiso de publicación a legal@ndi.org.

Las ideas y opiniones expresadas en este estudio son responsabilidad exclusiva del autor/a y no reflejan necesariamente las opiniones del NDI ni ninguna otra organización o persona mencionada.

Cartilha sobre violência política no gênero

Observatório de Violência Política Contra a Mulher



A análise do conceito, dos elementos e das formas de manifestação da violência política contra as mulheres aponta a existência de um fenômeno multifacetado, o qual é originado a partir da relação entre a violência política geral e as peculiaridades das condutas pautadas em estereótipos de gênero, que buscam reforçar ou manter padrões sociais discriminatórios e patriarcais contra as mulheres. Nesta cartilha constam as principais informações sobre violência política de gênero que foram objeto de pesquisa por parte do Observatório de Violência Política Contra a Mulher. Constam orientações sobre como identificar este tipo de violência, seus elementos e formas, assim como informações gerais sobre onde denunciar e dados relativos à realidade brasileira. Esperamos que este conteúdo seja de utilidade pública. Compartilhem sem moderação.

Conceito

A violência política contra as mulheres pode ser manifestada por ações ou omissões, de forma direta ou por meio de terceiros, que visem ou causem danos ou sofrimento a uma ou várias mulheres com o propósito de anular, impedir, depreciar ou dificultar o gozo e o exercício dos seus direitos políticos, pelo simples fato de ser mulher.

No conceito, deve-se entender a mulher como gênero e não como sexo biológico, incluindo as transgênero. Também não se deve excluir nenhuma raça, etnia ou outro fator que seja limitador da proteção.

Direitos políticos

Os direitos políticos devem ser entendidos de forma ampla, para além do direito de votar ou de ser votada. Incluem também:

- o exercício de mandatos eletivos democraticamente conquistados;
- o exercício da atividade de militância;
- a participação em partidos e em associações como um todo;
- a participação em manifestações políticas nas posições de:
 - o eleitora;
 - o eleita;
 - o profissionais da imprensa;
 - o defensora de direitos humanos;
 - o outras que se relacionem com a participação nos assuntos públicos

Local da violência

O âmbito do espaço a ser considerado para fins de violência política contra a mulher também deve ser considerado de maneira ampla, englobando:

- todos os ramos da administração pública direta e indireta;
- formulação e execução de políticas públicas;
- campanhas eleitorais;
- casas parlamentares e recintos para o exercício de mandatos democraticamente conquistados;

Também devem ser considerados os espaços que compõem a sociedade civil, como:

- sindicatos
- partidos políticos;
- associações profissionais;
- organizações comunitárias;
- organizações não governamentais;

Tipos de agressão As agressões podem ser:



Exemplos

Como violências físicas



Atentados que causem ou possam causar a morte violenta de mulheres em razão de sua participação ou atividade política (feminicídio).



Agressões físicas a uma ou a várias mulheres com o propósito ou o resultado de prejudicar, anular ou impedir o exercício de seus direitos políticos.



Atos de agressão sexual a uma ou a várias mulheres, grávidas ou não, ou que provoquem o aborto ou complicações, com o propósito ou resultado de prejudicar ou anular os seus direitos políticos.



Propostas, toques, aproximações de natureza sexual que influenciem as aspirações políticas da mulher e/ou as condições ou o ambiente onde a mulher desenvolve a sua atividade política e pública.

Como violências verbais, não-físicas, institucionais e simbólicas:



Atos que ameacem, amedrontem ou intimidem de qualquer forma uma ou mais mulheres e/ou seus familiares, e que tenham por propósito ou resultado a anulação dos seus direitos políticos, incluindo a renúncia ao cargo ou função que exercem ou postulam.



Atos que restrinjam ou anulem o direito ao voto livre e secreto das mulheres.



Difamação, calúnia, injúria ou qualquer expressão que rebaixe a mulher no exercício de suas funções políticas, com base no estereótipo de gênero, com o propósito ou o resultado de minar a sua imagem pública e/ou limitar ou anular seus direitos políticos (com casos muito comuns no Brasil, especialmente na Internet).



Atos que ameacem, assustem ou intimidem de qualquer forma uma ou mais mulheres e/ou suas famílias, com o objetivo ou resultado de minar seus direitos políticos.



Atos que ameacem, ataquem ou incitem a violência contra as mulheres defensoras dos direitos humanos por razões de gênero, ou contra aquelas defensoras que defendem os direitos das mulheres.



Ações que usem indevidamente o direito penal sem fundamento para criminalizar o trabalho das defensoras dos direitos humanos e/ou paralisar ou deslegitimar as causas que elas perseguem.



Discriminação da mulher no exercício dos seus direitos políticos, por se encontrar em estado de gravidez, parto, estado puerpério, licença maternidade ou qualquer outra licença justificada, de acordo com a previsão normativa.



Atos que prejudiquem elementos da campanha eleitoral de mulheres de qualquer forma, impedindo que a competição eleitoral se desenvolva em condições de igualdade.



Não destinação de recursos públicos às campanhas femininas de acordo com o regramento em vigor, por parte do partido político (caso também muito comum no Brasil a partir de 2018).



Apresentação de candidaturas de mulheres somente para fins de preenchimento da cota prevista em lei, com ou sem consentimento delas (é o que se conhece no Brasil como “fraude às candidaturas” ou “candidaturas fictícias”, também muito comum por todo o país).



Culpabilização das mulheres, por parte dos partidos políticos e de colegas ou adversários políticos, pela ocorrência de fraudes na cota de candidaturas ou na não remessa de recursos públicos destinado às suas campanhas eleitorais (como ocorre em processos que julgam casos de candidaturas fictícias, nos quais não raramente declaram a mulher culpada pela fraude).



Fornecimento, aos institutos eleitorais, de dados falsos ou informações incompletas sobre a identidade ou o sexo da pessoa candidata e designada, a fim de impedir o exercício dos direitos políticos das mulheres.



Restrição dos direitos políticos das mulheres devido à aplicação de tradições, costumes ou sistemas jurídicos internos que violem a norma vigente de direitos humanos.



Divulgação de imagens, mensagens ou que revelem informações de mulheres em exercício de seus direitos políticos, por qualquer meio físico ou virtual, na propaganda político-eleitoral ou em qualquer outra que, com base em estereótipos de gênero, transmita e/ou reproduza relações de dominação, desigualdade e discriminação contra as mulheres, com o objetivo de depreciar a sua imagem pública e/ou limitar os seus direitos políticos.



Obstrução ou impedimento ao acesso das mulheres à Justiça para proteger os seus direitos políticos.



Imposição de sanções injustificadas e/ou abusivas a mulheres, impedindo ou restringindo o exercício dos seus direitos políticos em condições de igualdade.



Limitação ou negação arbitrária do uso de qualquer recurso e/ou atribuição inerente à posição política ocupada por mulheres, impedindo o exercício de seus cargos em condições de igualdade.



Atos que forcem a mulher a se reconciliar ou a desistir quando ela estiver em um processo administrativo ou judicial em defesa de seus direitos políticos.



Impedimento por qualquer meio que as mulheres no exercício de seus direitos políticos participem de qualquer atividade que envolva tomada de decisão, em igualdade de condições.



Ações que proporcionem às mulheres, no exercício dos seus direitos políticos, informações falsas, errôneas ou imprecisas e/ou omitam informações às mulheres, que induzam ao exercício indevido de seus direitos políticos em condições de igualdade.



Restrição ao uso da palavra pelas mulheres no exercício de seus direitos políticos, impedindo o direito à voz, conforme a norma vigente e em condições de igualdade.



Imposição, por estereótipos de gênero, do desempenho de atividades e tarefas fora das funções e atribuições de seu cargo ou posição, ou que resultem na limitação do exercício da função política.



Insinuações, "cantadas" ou convites indesejáveis, ou atos e falas de natureza sexual causem constrangimento e que influenciem as aspirações políticas da mulher e/ou as condições ou o ambiente onde a mulher desenvolve a sua atividade política e pública.

Modo de praticar a violência política de gênero

As agressões podem ocorrer:



Agressores(as)



As agressões podem ser perpetradas por atores públicos ou privados, por pessoas físicas ou jurídicas, e se manifestar em espaços abertos ou diretamente relacionados ao núcleo íntimo ou familiar das mulheres.

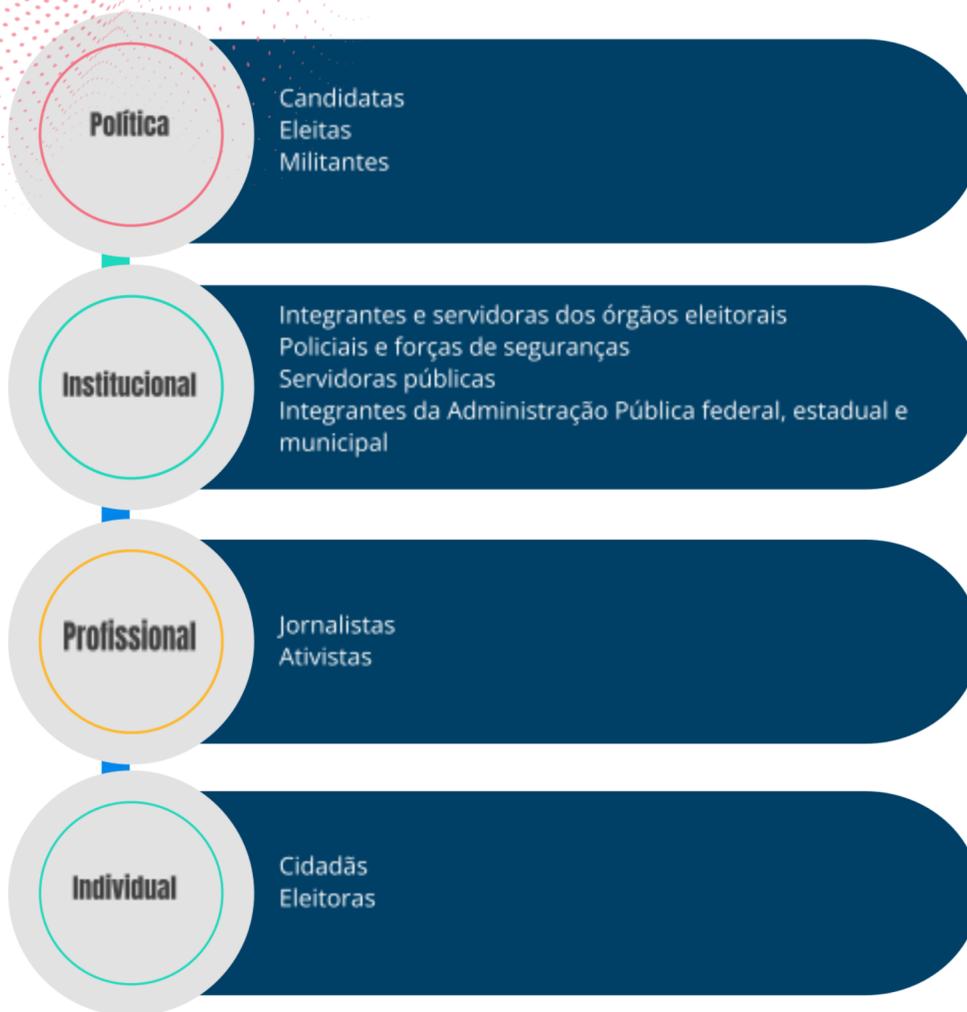
Assim, podem ser agressores:



As vítimas

Qualquer mulher pode ser alvo de violência política de gênero, considerando que ela se manifesta em espaços políticos, institucionais, profissionais ou privados, podendo ocorrer antes, durante ou depois do processo eleitoral.

Para cada espaço e forma de violência, é possível verificar uma multiplicidade de vítimas:



Momento da configuração da violência política de gênero

Ainda que se entenda que a violência política de gênero não depende de um momento específico para ocorrer (como se pode pensar do momento eleitoral, por exemplo), de modo a ilustrar os diferentes tipos de violência, toma-se o período eleitoral como referência:

- antes da eleição, momentos não-eleitorais (na decisão de se candidatar; no momento do alistamento eleitoral; nas convenções partidárias; no momento de se filiar a um partido; na preparação de mulheres para concorrerem a cargos políticos e/ou partidários; na preparação para o voto; na atuação na sociedade civil; etc.);
- durante as eleições, momento eleitoral (na campanha eleitoral; na jornada eleitoral; no processamento e divulgação dos resultados eleitorais; no acompanhamento das candidaturas femininas; na militância a favor de candidatas ou de causas de gênero);
- depois do processo eleitoral, momento não eleitoral (no exercício dos mandatos eletivos; na situação dentro do partido após eventual derrota eleitoral; na prestação de contas eleitoral; na articulação política para aprovação de projetos em prol dos avanços dos direitos políticos das mulheres).

Porém, alerta-se que não é necessário que a violência política de gênero esteja atrelada a um momento eleitoral ou a fatos eleitorais para ser assim configurada. É importante não limitar a violência política de gênero somente às eleições ou ao exercício do mandato.



Legislação brasileira

Com a promulgação da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, o Brasil deixou de fazer parte do grupo de países da América Latina que ainda não possuíam regras para prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

Esta lei conceitua a violência política contra a mulher como “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulheres”, assim como atos que impliquem “distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo” (art. 3º).

São pontos de destaque na lei brasileira os acréscimos das seguintes previsões ao Código Eleitoral vigente (Lei nº 4737/1965):

- Sobre propaganda político-eleitoral:
Não será tolerada propaganda que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia.
- Sobre novos crimes eleitorais:
Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado ou produzir, oferecer e vender vídeo com conteúdo de partidos ou candidatos, com aumento de pena se o crime envolver menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia.

Assediado, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo, com previsão de agravamento da punição se o crime for cometido contra mulher gestante, com deficiência ou maior de 60 anos.
- Hipóteses de aumento de pena:
Nos casos de calúnia, injúria e difamação, a pena será aumentada quando o crime for cometido com menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia.
- Sobre as obrigações dos Partidos Políticos:
Previsto o prazo de 120 para os partidos políticos adequarem os seus estatutos à obrigatoriedade de inclusão de normas de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.
- Sobre os debates eleitorais:
Nos debates eleitorais, deve ser respeitada a proporção de homens e mulheres estabelecida na legislação: mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada gênero.

Para fins de aplicação da norma, é necessária a compreensão de conceitos tratados nesta cartilha, como possíveis vítimas, agressores, meios e formas de manifestação da violência, uma vez que a norma brasileira é genérica e não dispõe sobre essas especificidades.

De modo geral, a lei dispõe sobre situações comuns de violência política contra as mulheres no Brasil:



Outras formas de manifestação da violência, como o subfinanciamento de campanhas e a fraude de candidaturas femininas, cuja finalidade precípua é burlar as cotas de gênero e perpetuar o desequilíbrio ou a exclusão das participação política das mulheres, não foram expressamente tratados na lei e permanecem desafiando a legislação e os tribunais brasileiros.

Debates legislativos

Apesar das recentes inovações, é importante manter a atenção ao debate legislativo sobre diversos projetos de lei que tratam de diferentes aspectos da violência política contra a mulher.

Dentre eles, destaca-se a elaboração do novo Código Eleitoral brasileiro - Projeto de Lei Complementar (PLP) 112/21 -, que aguarda apreciação pelo Senado Federal, no qual constam dispositivos que tratam sobre a violência política de gênero.

Sobre isso mencionam-se as previsões de:

- Obrigatoriedade de inclusão, nos estatutos dos partidos políticos, de normas de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.
- Novos tipos penais relacionados à prática de violência política contra uma ou mais mulheres.

A expectativa de alteração legislativa revela a necessidade de sistematização das normas brasileiras sobre a matéria e, sobretudo, a preocupação quanto à possibilidade de revogação da Lei 14.192/21, prevista no Projeto de Lei Complementar que se encontra no Senado Federal (Art. 897 do PLP 112-B, de 2021).



Levantamento empírico:

A percepção da violência política por candidatas nas eleições municipais de 2020.

A hipótese de naturalização da violência política contra a mulher foi analisada em estudo empírico produzido pelas pesquisadoras do Observatório de Violência Política contra a Mulher, em pequenos municípios do Brasil, durante as eleições municipais de 2020.

Os resultados das perguntas aos questionários foram os seguintes:

- Mesmo com todos os esforços por contato, apenas 16 (dezesesseis) candidatas nos municípios selecionados responderam ao questionário (duas do Acre, uma do Amazonas, três do Espírito Santo, cinco de Goiás, duas de Minas Gerais, uma do Rio de Janeiro, uma do Rio Grande do Norte e uma de Santa Catarina).
- O número reduzido de respostas pode revelar baixo interesse no tema ou mesmo receio de ter suas informações reveladas.
- 81,3% das respondentes afirmaram ter se candidatado a convite de um Partido Político; 43,8% por incentivo de grupos ou associações das quais faz parte; 12,5% por incentivo de amigos ou familiares; e 6,3% por responsabilidade coletiva pela bandeira que levanta.
- As respondentes demonstraram bom conhecimento sobre o que significa a violência política de gênero (81,3%), sendo que somente 12,5% não estavam familiarizadas com o termo. O restante (6,2%) não soube responder.
- Quase metade das mulheres (43,8%) relatou expressamente ter sido vítima desse tipo de violência e uma parcela considerável (12,5%) preferiu não responder à pergunta, o que pode indicar receio de represálias.
- Quanto à gravidade da violência sofrida, os dados revelam que 81,8% das ocorrências são de média e de alta gravidade, impactando profundamente as vítimas.

Acompanhamento eleitoral: Cenário das Capitais

As repercussões da violência política contra a mulher sobre a democracia representativa brasileira pode ser dimensionada a partir dos seguintes dados:

- Desde 1985, das 26 capitais brasileiras, apenas 09 já foram governadas por mulheres, sendo que, na região Centro-Oeste do Brasil, nenhuma capital jamais teve uma prefeita mulher, assim como no Rio de Janeiro-RJ, em Belo Horizonte-MG e em Porto Alegre-RS.
- Nas eleições de 2020, foram registradas 56 candidaturas femininas às prefeituras das capitais do Brasil e 132 candidaturas a vice, confirmando o histórico de protagonismo masculino nas cabeças de chapa.
- Em 2020, apenas uma mulher foi eleita nas eleições das capitais (Palmas-TO).
- Nas últimas eleições, 03 capitais não contaram com nenhuma candidata na disputa: São Luís-MA, Manaus-AM e Belém-PA.
- Desde 2012, a cada eleição nas capitais, apenas uma mulher é eleita, restando a proporção de 25 homens para 1 mulher.
- Nas eleições de 2020, foram eleitas mulheres para 12,2% das prefeituras brasileiras, percentual superior a 2016 (11,57%), enquanto os homens foram eleitos para ocupar 84,6% dos cargos.

Acompanhamento eleitoral: Eleições Municipais 2020

Em relação à presença de disposições sobre violência política contra a mulher nos programas das candidatas veiculados durante o horário eleitoral gratuito de propaganda eleitoral (HGPE), verificou-se o seguinte:

- Em relação às candidatas mais votadas no primeiro turno das capitais em 2020, 12 capitais tiveram uma mulher entre os três melhores resultados, mas nenhuma teve duas ou mais mulheres entre as três candidaturas mais votadas.
- Das candidatas analisadas, 16 fizeram menções a questões relacionadas à violência política contra a mulher (38,1%), enquanto 26 não o fizeram (61,9%).
- Dentre as 12 candidatas mais votadas nas capitais, no programa de 09 havia menção a questões envolvendo a violência política de gênero.
- Dentre as demais 43 candidatas que concorreram no primeiro turno das capitais, verificou-se que 12 candidatas não tiveram direito a tempo de HGPE e não foi localizado o programa eleitoral de uma candidata.
- Das 30 que tiveram direito ao HGPE, 15 contaram apenas com poucos segundos para os seus programas, espaço menor, até mesmo, que as tradicionais inserções de 30 a 60 segundos veiculadas ao longo da programação normal das emissoras de televisão.
- No segundo turno, dos programas das 05 candidatas que concorreram, bem como no dos seus respectivos adversários, foram encontradas referências explícitas às culturas de rejeição à figura feminina na política no programa de 03 candidatas e de 01 candidato, além de uma singela menção durante o programa eleitoral de 01 candidata.
- Em relação às candidaturas masculinas analisadas, não foi encontrada nenhuma evidência de violência política contra as mulheres em seus programas eleitorais.
- Por outro lado, no segundo turno, a maioria dos candidatos não tratou do tema em nenhum momento. O único candidato que dedicou um programa às mulheres o fez após receber acusações de machismo de sua opositora.

Considerações finais



O combate e a prevenção à violência política de gênero precisam ser pensados a partir da sua relação com outras formas de violência praticadas contra as mulheres e com a experiência social de subordinação e discriminação experimentadas por elas, a fim de que se compreenda como as vulnerabilidades e as tentativas de invisibilização e de extermínio físico ou simbólico se entrelaçam e reverberam sobre a anulação ou comprometimento dos seus direitos políticos.

Onde denunciar

Até o momento da elaboração dessa cartilha, há os seguintes canais de denúncia:

- Ministério Público Federal, por meio do link disponibilizado na página da Procuradoria-Geral Eleitoral. No próprio site, após o preenchimento de dados cadastrais, como nome, CPF e e-mail, a parte interessada pode elaborar a manifestação e anexar fotos, documentos e vídeos que comprovem os fatos narrados. É possível pedir o sigilo dos dados pessoais e vincular a denúncia a outra já cadastrada. <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/violencia-politica-de-genero-denuncie-aqui/view>
- Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) número 180, a Central de Atendimento à Mulher. O número do passou a contar, desde novembro de 2020, com um número no WhatsApp: (61) 99656-5008.
- Também podem ser feitas denúncias por meio do aplicativo Direitos Humanos BR (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/apps>) e pelo site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/>).
- Ministério Público Eleitoral de cada estado – órgão que atua na fiscalização da regularidade e da integridade do processo eleitoral, página de Serviços ao Cidadão (<http://www.mpf.mp.br/pge/servicos-ao-cidadao>).
- Fale Conosco da Câmara dos Deputados, canal de atendimento eletrônico ao cidadão, que também recebe denúncias (<https://www2.camara.leg.br/transparencia/servicos-ao-cidadao/canais-de-atendimento-ao-cidadao/fale-conosco>).
- Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, pelo telefone (61) 3215-8800.
- Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Ouvidoria da Mulher, quando a violência ocorrer no âmbito do TSE ou em virtude de atuação de trabalhadora ou trabalhador da instituição. <https://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/ouvidoria/ouvidoria-da-mulher>